

DE SANTA DICA AO MST: A LUTA PELA TERRA EM GOIÁS

From Santa Dica to MST: the struggle for land in Goiás

De Santa Dica al MST: la lucha por la tierra en Goiás

Marcos Paulo Françozi
Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí
marcoos_k10@hotmail.com

Danilo Souza Melo
Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí
danilosouza.geo@hotmail.com

Resumo

Dentre as rupturas e continuidades dos movimentos de luta pela terra no campo brasileiro, os movimentos messiânicos destacam-se por suas contradições e pela violência com que foram combatidos pelas classes dominantes, dado os exemplos de Canudos e o do Contestado, frutos da condição social que os permeavam. Expropriados da terra e dos meios de produção, os sertanejos viam na religião a esperança de uma sociedade mais justa e igualitária. Não menos importante, outro movimento de cunho religioso emerge em Goiás em meados da década de 1920, no município de Pirenópolis. Liderado por “Santa Dica”, o movimento possuía um discurso contra o latifúndio, pois na visão religiosa da santa, não deveria haver propriedade privada, sendo assim um marco nos movimentos de luta pela terra no estado de Goiás. Diante do exposto, e, devido à ausência de literatura e estudos geográficos sobre o movimento de Santa Dica, buscamos nesse trabalho revisitar a história do movimento e discuti-lo dentro da geografia agrária dialogando com a luta pela terra na atualidade no estado de Goiás. Objetivamos ainda, mapear as ocupações de terra entre os anos de 1988 a 2015 a partir da sistematização de dados secundários sobre a luta pela terra em Goiás, por meio dos dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Com isso, averiguamos que as disputas no campo em Goiás se mantiveram, principalmente pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Palavras-chave: Questão Agrária; Santa Dica; Ocupações; MST; DATALUTA.

Abstract

Among the ruptures and continuities of the struggles for land in the Brazilian countryside, messianic movements stand out for their contradictions and violence with which they were fought by the ruling classes, given as examples the "Canudos" and the "Contestado", fruits of the social condition that permeated them. Expropriated from the land and the means of production, the "sertanejos" saw in religion the hope of a more equitable and egalitarian society. Not least, another religious movement emerged in Goiás in the mid-1920s, in the municipality of Pirenópolis. Led by "Santa Dica", the movement had a discourse against the large property, because in the religious vision of the saint, there should be no private property, therefore being a milestone in the struggle for land in the state of Goiás. As such, and due to the absence of literature and geographic studies about the Santa Dica movement, we seek in this work to revisit the movement history and to discuss it within the agrarian geography dialoguing with the struggle for land in the state of Goiás. We also intend to map land occupations between 1988 and 2015 from the systematization of secondary data about the struggle for land in Goiás, using data recorded by the Pastoral Land Commission (CPT) and Land Struggle Database (DATALUTA). Thereby, we verified that the disputes in the countryside in Goiás were maintained, mainly by the action of the Landless Rural Workers' Movement (MST).

Keywords: Agrarian Issue; Santa Dica; Occupations; MST; DATALUTA.

Resumen

Entre las rupturas y continuidades de movimientos de lucha por la tierra en el campo brasileño, los movimientos mesiánicos destacan por sus contradicciones y la violencia que se libraron por las clases dominantes, como ejemplos de Canudos y Contestado, frutos de la condición social el permeado. Expropiado la tierra y los medios de producción, los campesinos veían en la religión de la esperanza de una sociedad más justa e igualitaria. No menos importante, otro movimiento basada en la fe surge en Goiás a mediados de la década de 1920, la ciudad de Pirenópolis. Dirigido por "Santa Dica", el movimiento tuvo un discurso contra el latifundio, por los religiosos de santa visión, no debe haber propiedad privada, por lo tanto, un hito en la lucha por los movimientos de tierra en el estado de Goiás. Teniendo en cuenta lo anterior, y debido a la falta de la literatura y los estudios geográficos sobre el movimiento de Santa Consejo, buscamos este trabajo de volver a examinar la historia del movimiento y discutir dentro del diálogo de la geografía agraria con la lucha por la tierra en la actualidad en el estado de Goiás. Nuestro objetivo es mapear aún más las ocupaciones de la tierra entre los años 1988-2015 de la sistematización de los datos secundarios en la lucha por la tierra en Goiás, a través de los datos registrados por la Comissão Pastoral da Terra (CPT) y la Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Por lo tanto, determinamos que se disputa en el campo en Goiás permanecieron principalmente el trabajo del Movimiento de los Sin Tierra (MST).

Palabras-clave: Cuestión Agraria; Santa Dica; Ocupacioness; MST; DATALUTA.

Introdução

Próximo ao seu centenário, o movimento messiânico da Santa Dica iniciado em 1920 no município de Pirenópolis/GO foi ignorado e/ou esquecido pela academia. A história de Santa Dica é um marco na luta pela terra no estado de Goiás e nos movimentos messiânicos no Brasil. Nestes quase cem anos, a luta pela terra continua no campo brasileiro.

O ano de 2017 tem sido marcado pelos intensos conflitos no campo. Estes têm ganhando a atenção da mídia brasileira pela dimensão da violência que resultou no assassinato de trabalhadores sem-terra por todo o país. No município de Colniza/MT nove trabalhadores foram assassinados na luta pela terra. Em Pau d'Arco/PA, na fazenda Santa Lúcia dez trabalhadores rurais foram assassinados. Em anos anteriores as disputas por terra também ocorreram. Em 2016 foram 61 pessoas assassinadas no campo e outras 74 sofreram tentativa de homicídio no país (CPT, 2017). No ano de 2015 o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) registrou 251 ocupações de terra no Brasil, destas, 19 ocorreram no estado de Goiás.

Todas essas lutas possuem na desigualdade de acesso à terra seu eixo principal. Segundo Fabrini e Roos (2014, p.14-15);

[...] A concentração e o monopólio da terra, que permanecem e até se intensificam nos dias atuais, têm sido uma das principais razões do surgimento de conflitos no campo brasileiro, manifestados, entre outras formas, por lutas promovidas no passado pelos escravos com a formação dos quilombos; camponeses de Canudos, no Nordeste de fins do século XIX; além de outras que contestavam o poder dos coronéis (FABRINI; ROOS, 2014, p.14-15).

Ainda segundo os autores, as disputas no campo brasileiro desde os quilombos estão ligadas ao controle de frações do território. Nessa perspectiva, o estado de Goiás possui em sua história grandes movimentos de luta pela terra. Destaque para Trombas e Formoso ocorrido entre os anos de 1950 e 1957. Liderados por José Porfírio, camponeses lutaram contra a expropriação de suas terras por grileiros apoiados pelo Estado.

Menos conhecido, mas não menos importante que Trombas e Formoso, o movimento da Santa Dica que, apesar de estar ligado a luta pela terra, tem na religião e na figura de um profeta sua força motora (VASCONCELLOS, 2013).

Mesmo com essas características ímpares, há ausência de literatura e estudos geográficos sobre este movimento da Santa Dica. Desta maneira, objetivamos nesse trabalho revisitar a história do movimento messiânico de Santa Dica e discuti-lo dentro da geografia agrária dialogando com a luta pela terra na atualidade no estado de Goiás. Nesse sentido, objetivamos ainda mapear as ocupações de terra entre os anos de 1988 a 2015.

Para alcançar os objetivos propostos iniciamos o trabalho realizando pesquisa bibliográfica sobre a questão agrária e os movimentos sociais do campo brasileiro. Nesta etapa buscamos compreender os elementos fundamentais da questão agrária no Brasil. A pesquisa bibliográfica buscou ainda compreender os principais movimentos messiânicos no Brasil em especial sobre o movimento da Santa Dica no estado de Goiás. Por meio deste procedimento discutimos o contexto de ocupação de Goiás e como se originou a luta de Santa Dica.

Por conseguinte, realizamos a busca e sistematização de dados secundários sobre a luta pela terra no Brasil. As ocupações de terra em Goiás têm sido registradas pela Comissão Pastoral da Terra e pelo DATALUTA desde o ano de 1988 até os dias atuais. Compreendemos a existência de ocupações anteriores ao ano de 1988, contudo, a falta de registro sobre estas nos impede de analisá-las. Desta maneira, optamos por analisar e mapear as ocupações de terra em Goiás na atualidade (1988 a 2015).

Criado em 1998 pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) – UNESP/FCT, o DATALUTA tem o objetivo de contribuir para a pesquisa sobre a luta pela terra, coletando e armazenando informações.

O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, *campus* de Presidente Prudente. A elaboração do primeiro Relatório DATALUTA em 1999, com os dados de 1998, foi o início desta publicação de categorias essenciais da questão agrária brasileira, superando a dificuldade de acesso aos dados sistematizados sobre ocupações e assentamentos. Em 2004, incorporamos as categorias movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária, com a apresentação de gráficos, tabelas, quadros e mapas. (DATALUTA, 2011, p. 01).

O DATALUTA coleta dados principalmente sobre ocupações de terra no campo brasileiro e complementa seu banco de informações com dados Comissão Pastoral da Terra. Desta maneira, é hoje, o maior e mais completo banco de dados sobre ocupações de terras do Brasil. O DATALUTA ainda sistematiza os dados sobre assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual analisaremos neste trabalho.

Assim, a partir da pesquisa bibliográfica e da sistematização de dados sobre a luta pela terra foi possível construir este trabalho discutindo a luta pela terra no Estado de Goiás. Este trabalho possui como

pressuposto teórico o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo no campo Brasileiro (OLIVEIRA, 1991; 2001). Nessa perspectiva, o capital ao desenvolver suas relações capitalistas no campo (trabalho assalariado) desenvolve também relações tipicamente não capitalistas, o campesinato.

Destarte;

[...] o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele. (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

Desta maneira, é na contradição do desenvolvimento capitalista no campo, principalmente em sua desigualdade que surge a questão agrária brasileira e se mantém a luta dos movimentos sociais. Neste trabalho, utilizamos o conceito de território como chave para a compreensão dos processos e relações de poder.

Assim, entendemos o território como espaço delimitado por e para as relações de poder (RAFFESTIN, 1993). O modo de produção capitalista é quem estabelece e organiza as relações dentro da sociedade, logo, estamos nos referindo ao território em sua totalidade, o território capitalista. “O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra” (OLIVEIRA, 2005, p.74).

É nas lutas de classe no território no qual os movimentos sociais buscam a posse de uma fração deste território para reproduzir seu modo de vida e sua cultura.

Questão agrária e messianismo

A luta camponesa contra o latifúndio e as desigualdades sociais data-se de muito antes da formação e organização de movimentos sociais. Entre as rupturas e continuidades de luta contra a apropriação capitalista do campo brasileiro, podemos citar as lutas durante a escravidão, nos quilombos; as lutas no sertão, nos redutos de Canudos e do Contestado; nas fazendas de café, com os colonos; dentre outros exemplos contidos na história do campesinato brasileiro.

Oliveira (1993, p.19) salienta que:

A história de violência no campo [...] não é recente: é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil. Contratar jagunços pistoleiros para matar não é um expediente dos grileiros e latifundiários de nossos tempos. A história está repleta de muitos outros exemplos. Em geral estes exemplos foram, em muitos casos, tentativas dos vencidos em romper com a injustiça reinante no país (OLIVEIRA, 1993, p.19).

Entre as formas expressadas nas lutas camponesas encontram-se os movimentos sociais religiosos, que segundo Vasconcellos (2013) são classificados como messiânicos, ou messianismo. Tais movimentos

preconizam a mudança da ordem social, política ou econômica. Neles, “a religião é o elemento propiciador dessa mobilização, porque possibilita aos proponentes das transformações vencer as resistências terrenas dos participantes, bem como tolher, muitas vezes, à repressão institucional” (VASCONCELLOS, 2013, p.30).

Estes movimentos aconteceram em diversas partes do Brasil e, apesar de ocorrer em pontos distintos do país, suas características assemelham-se, bem como o fim violento que lhes foram dados. Para compreender estes movimentos Martins (1981, p.31) assinala que “o localismo e o misticismo do camponato não podem ser explicados como limitações de classe dos camponeses, mas devem ser buscados nas condições sociais da classe”.

Sendo assim, a apropriação capitalista da terra impulsionada pela Lei de Terras de 1850, que, estabelecia o acesso à terra apenas por meio da compra e o fim da escravatura em 1888 promoveram a separação entre trabalhadores e meios de produção. Neste processo, intensificaram-se as desigualdades sociais no Brasil, limitando o acesso à terra e deixando aos trabalhadores o direito de vender sua força de trabalho.

Assim, os movimentos sociais, messiânicos ou sindicais têm como eixo a luta de trabalhadores pelo controle dos meios de produção (terra) e contra a desigualdade de sua distribuição. A terra dentro do modo de produção capitalista por se tratar de um bem natural irreproduzível se configura como um meio de produção único e natural. Sua posse possibilita ao proprietário cobrar da sociedade um tributo por sua utilização, a renda da terra.

De acordo com Oliveira (2007, p.66);

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007, p.66).

Logo, o controle e concentração deste meio de produção único concedem ao proprietário poderes políticos e econômicos. Nesta perspectiva, capitalistas latifundiários buscam ao longo da história se apropriar cada vez mais de grandes extensões de terra.

Com a lei de terras em 1850 e a proclamação da República em 1889, muda-se também a dinâmica política. Com a transferência das terras devolutas para o patrimônio dos estados, as oligarquias regionais passam a ter o controle da concessão destas terras, aumentando ainda mais os grandes latifúndios e a especulação (MARTINS, 1981).

É neste contexto, onde as disputas entre os coronéis pela hegemonia política de seu eleitorado e, por conseguinte, do poder sobre as terras, que se dão os principais confrontos entre latifundiários e camponeses, utilizando o poder militar do Estado para aniquilar os “contestadores da ordem”, aqueles que, despossuídos da terra e desesperançados, buscam na religião seu consolo.

Em Canudos, Antônio Conselheiro, líder do movimento messiânico, via na monarquia a “ordem do bem”, ao contrário da republica, a “ordem do mal” (MARTINS, 1981). Entretanto, não compreendiam que em ambos os regimes eram explorados. Viam no fim da monarquia, a ordem de Deus, um sinal do fim dos tempos.

Para Fernandes (1999a, p.03),

Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente (FERNANDES, 1999a, p.03).

Acusados de defender a monarquia, foram reprimidos e atacados pelo exército nacional. A partir do momento em que as tropas se deslocaram contra um possível ataque dos camponeses, “o quadro de interpretação da situação dos camponeses de Canudos terá muito pouco a ver com conselheiro e seus seguidores” (MARTINS, 1981, p.54), mas sim, com o quadro político das disputas políticas regionais da Bahia, onde Luiz Vianna, fora acusado pelos seus opositores de simpatizante da monarquia e de ligação com Conselheiro (MARTINS, 1981).

Como relata Martins (1981, p.54):

Estava-se no começo da presidência de Prudente de Moraes, conduzido ao poder por eleições livres após a ditadura militar do Marechal Floriano Peixoto [...]. Prudente de Moraes estava licenciado da presidência, quando começou o caso de canudos, em 1896. Em seu lugar governava Manuel Vitorino, vice-presidente, baiano, que, interessado em evitar que Prudente reassumisse o poder, teria entrado em entendimentos com os florianistas para terminar o mandato, garantindo a sucessão para um militar do grupo de Floriano, possivelmente o Coronel Moreira César [...]. Os interesses da facção no governo federal combinavam-se assim com os interesses dos coronéis sertanejos contrários a Luiz Vianna (MARTINS, 1981, p.54).

Nesse contexto,

A guerra de Canudos constituiu-se, portanto, num desdobramento das disputas entre os coronéis sertanejos ou entre estes e o governo. A necessidade da derrota dos habitantes de Canudos passou a representar uma peça importante na disputa pelo poder federal entre militares e civis ligados aos interesses do café. Quatro expedições militares, a última das quais envolvendo mais de 10 mil soldados, foram lançadas contra os sertanejos. As três primeiras foram severamente derrotadas, permitindo que os camponeses se armassem, resultando inclusive na morte de Moreira César. Num primeiro momento, a quarta expedição foi igualmente derrotada, sendo reforçada para garantir o esmagamento da população de Canudos. Ao combater os republicanos, isto é, os militares e fazendeiros, os sertanejos de Canudos tinham certeza de estar combatendo os inimigos dos trabalhadores (MARTINS, 1981, p.54-55).

No Sul do país, os camponeses expulsos de suas posses também enfrentaram a violência do Estado:

A entrega de terras à empresa norte-americana para a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, gerou a expropriação de camponeses, que organizaram a resistência. Em 1912, em Campos Novos - SC, formara-se um movimento camponês de caráter político - religioso. Foram vários enfrentamentos com a Polícia, contra o Exército e contra jagunços. Milhares

de camponeses foram assassinados. Vencidos, reorganizavam-se e retomavam as lutas de resistência até o massacre final (FERNANDES, 1999a, p.03).

De maneira, semelhante no que se refere a disputa territorial do coronelato, o então líder espiritual “monge” José Maria “[...] teve entendimentos com o coronel Henriquinho de Almeida, o que motivou o coronel Francisco de Albuquerque, que temia o crescimento da oposição, a dirigir uma denúncia ao governador, acusando-o de ter proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu” (MARTINS, 1981, p.55).

Nos redutos,

[...] havia um regime de apropriação comum dos bens para ali conduzidos pelos adeptos que em crescente número se juntavam aos revoltosos. O comércio era proibido e punido com a morte. Com a morte era punida a propriedade. **A igualdade material era estabelecida com base na pobreza e na propriedade comum.** Não obstante a luta do Contestado foi uma luta religiosa, que congregou principalmente camponeses expulsos da terra, mas não só eles (MARTINS, 1981, p.57, grifo nosso).

O motivo da participação do exército na luta contra os camponeses era a mesma que se dera em Canudos, a formação de uma monarquia. Apesar de os camponeses serem

[...] contra a república dos coronéis, considerada responsável pela expulsão do povo, pela opressão que a Lumber impunha aos trabalhadores e camponeses de área, [...] o monarquismo sertanejo nada tinha a ver com a monarquia dos Braganças. [...] A monarquia era simplesmente o contrário da república, com suas injustiças e violências contra os pobres do campo. Era basicamente uma monarquia religiosa e igualitária (MARTINS, 1981, p.57).

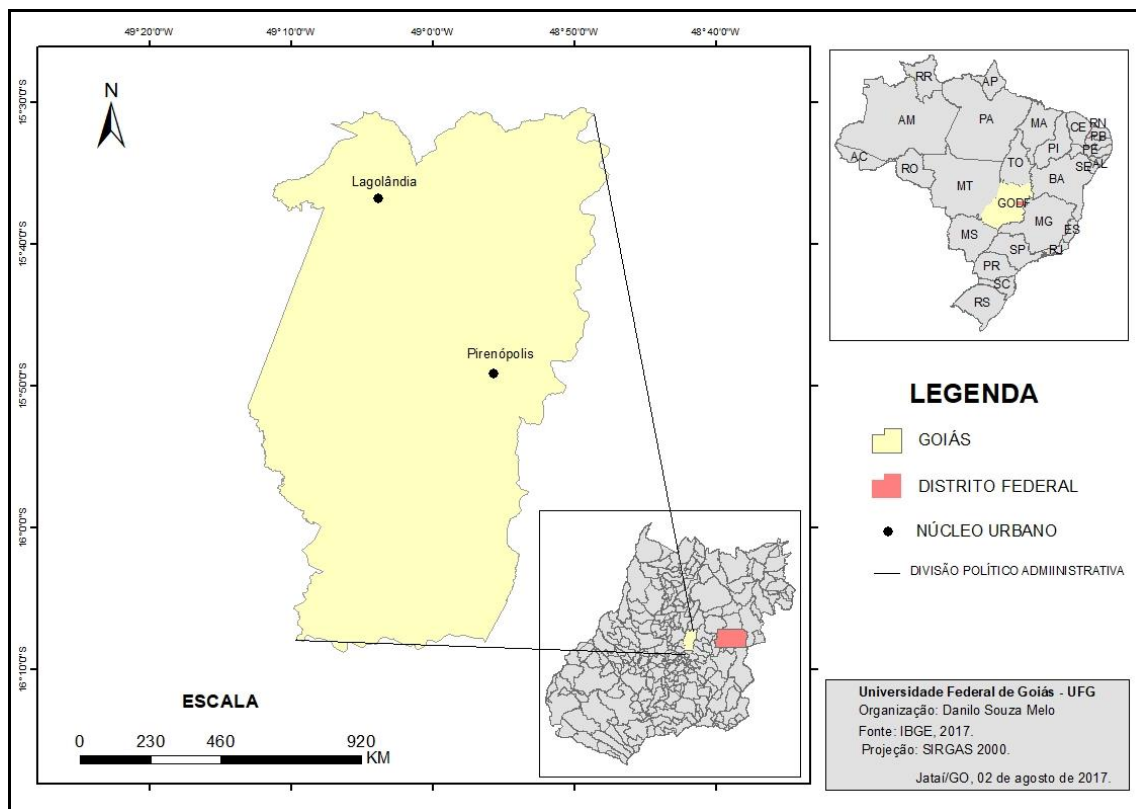
Tanto Canudos, quanto o Contestado, viam na república o seu mártir e a derrocada deste sistema que os violentava, significava a instauração de uma nova ordem, uma nova forma de vida. Segundo Martins (1981, p.62),

Quatro anos de guerra no Contestado, com sucessivas derrotas dos militares, significavam também uma luta contra o projeto de sociedade que os camponeses preconizavam e implantavam nos seus redutos. A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador (MARTINS, 1981, p.62).

Diversos outros movimentos de cunho religioso também ocorreram neste período histórico do campo no Brasil, mobilizados pelas profundas transformações que a expansão e apropriação capitalista impuseram aos camponeses. Movimentos estes que, devido à falta de importância que lhes são dados no balanço histórico da sociedade, são esquecidos, restringindo-se a cultura e aos conhecimentos locais.

A Geografia do movimento de Santa Dica: Pirenópolis/GO

O movimento de Santa Dica ocorreu entre os anos 1920 e meados dos anos 1930, no interior de Goiás, mais precisamente no distrito de Lagoa, atual distrito de Lagolândia, município de Pirenópolis como apresenta o Mapa 1.



Mapa 1 – Pirenópolis/GO: Localização. Fonte: IBGE, 2017.

Como já abordado anteriormente por Martins (1981), para entender como tais movimentos se deram, é preciso compreender a realidade das condições sociais dos camponeses envolvidos, realidade esta que se modificou no decorrer do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil.

Neste sentido, Goiás passou por diversas transformações desde as primeiras expedições de bandeirantes no século XVI ao então hoje território goiano. Em um primeiro momento, a ocupação da capitania deu-se pela busca de metais e pedras preciosas, adentrando ao estado pela região sul da província até as regiões norte e nordeste, já em meados do século XVIII, o século do ouro da economia colonial (CARNEIRO, 1988).

Como evidenciam Ferreira e Mendes (2009, p.5-6):

O início da ocupação das terras e do povoamento de Goiás ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, com a introdução da exploração do ouro como atividade principal. Os colonos levavam de um a cinco anos para estabelecer seus marcos de posse, realizando construções de moradias rudimentares, roças de mantimentos e outras estruturas necessárias à sua fixação. Já em 1780, essa atividade encontrava-se em decadência e a população local, que não retornou para o litoral, dedicou-se a uma agricultura de subsistência e à formação das grandes fazendas para prática da pecuária extensiva. Economicamente, a pecuária era a atividade mais viável para a região, por exigir, apenas, pastagens naturais, pouca mão-de-obra, instalações rústicas e reduzido investimento de capital (FERREIRA; MENDES, 2009, p.5-6).

De acordo com Carneiro (1988, p.64) “a pecuária extensiva vai reforçar a formação de grandes propriedades em Goiás e o estabelecimento de relações de mandonismo, precursoras do coronelismo”. Da formação da grande propriedade, do latifúndio, decorrem a formação das oligarquias agrárias locais que se sucederão no poder até a década de 1930.

A política implantada pela República fez com que, como em outros estados brasileiros, se criasse uma relação de dominância. A manutenção das oligarquias feita através do reconhecimento de poderes – indicações de apadrinhados para cargos de importância política e jurídica – e através das trocas de favores feitas entre coronéis e fazendeiros, pois era a propriedade da terra que servia de base ao poder.

Segundo Vasconcellos (2013, p.100),

As oligarquias em Goiás se sucediam no poder. Ora lá estava o **bulhonismo** [...], ora o **xavierismo** [...], ora o **caiadismo** [...]. Bastava que o interesses de uma facção fossem contrariados para que esta rompesse com a ordem dominante e criasse oi se aliasse a outra, tornando-se oposição (VASCONCELLOS, 2013, p.100, grifo nosso).

A organização da produção, assentava-se na relação entre o fazendeiro e os lavradores, a renda era destinada aos primeiros. A pecuária extensiva assegurou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre – este último proveniente da escassez mineradora (FERREIRA; MENDES, 2009). Os agregados recebiam uma parte da produção pecuária, como forma de pagamento. Os vaqueiros vendiam o gado que recebiam para o próprio fazendeiro, cobrindo compras feitas nas vendas das fazendas.

Em um segundo momento, a ocupação do estado de Goiás acentua-se coma chegada da estrada de ferro em 1913¹. Com ela o estado passou a escoar parte de seu excedente agrícola, transformando além da economia. Com a ferrovia as mudanças também se deram em relação aos meios de comunicação e maquinário agrícola, integrando a economia regional com a economia capitalista em expansão no país e também ensejou fluxo migratório, reanimando algumas cidades goianas e fazendo surgir outras.

Com a evolução da construção da linha férrea até Anápolis, as terras onde a estrada perpassava tiveram elevados seus preços, fruto da especulação imobiliária. Com o progressivo escassamento das terras do sudeste goiano, novas áreas no centro-sul e centro do estado foram sendo ocupadas e transformadas em áreas de pastagem ou plantio (CARNEIRO, 1988).

Neste contexto, político e econômico, que o movimento de Santa Dica se espacializa. O município de Pirenópolis, reflexo do processo de ocupação de Goiás, surge no final do século XVIII e início do século XIX, decorrente a exploração mineradora. No entanto, devido ao esgotamento rápido das minas auríferas, o município passa rapidamente da mineração para a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, servindo como ponto de abastecimento de tropeiros e de descanso das tropas.

De acordo com Vasconcellos (2013, p.117-118), foi no município de Pirenópolis

[...] na fazenda Mozondó, onde Benedicto Cypriano Gomes possuía uma pequena propriedade, que nasceu Benedicta, conhecida também por Dica, a filha mais velha de uma família de oito irmãos. Seu pai, lavrador de profissão, tinha ali um pequeno engenho de cana e fabricava rapadura, produção essa que não lhe dava grande excedente (VASCONCELLOS, 2013, p.117-118).

Dica nasceu no ano de 1905 e desde muito cedo passou a viver com a avó paterna onde aprendeu as práticas católicas, bem como as lides domésticas (VASCONCELLOS, 2013). Seu aparecimento como

¹A construção estrada de ferro teve início no ano de 1911 em Araguari-MG como objetivo de interligar o Triângulo Mineiro a cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás. Entretanto, alguns problemas fizeram com que a obra ficasse paralisada por longos anos até a sua conclusão em 1931, chegando até Anápolis-GO, perfazendo um total de 425km dos 610km de seu projeto inicial (VASCONCELLOS, 2013).

curandeira se dá nos primeiros anos da década de 1920 quando, após sofrer um súbito desconhecido, é tida como morta e, após três dias, ressuscita.

Transformada em alvo de admiração dos sertanejos, Dica foi, a princípio, somente uma curandeira, diagnosticando doenças, realizando benzeduras e receitando ervas. Após as primeiras curas (ou “milagres”), passou a ser acreditada também como milagreira, e posteriormente, profetiza.

Como relata Vasconcellos (2012, p.119), essas curas e milagres “eram feitos durante os acessos ou momentos de ausência por ela sofridos, quando era chamada a conferenciar com uma legião de anjos que vinha ao seu encontro. Durante esse tempo [...] falava com os anjos de quem passou a ser representante na terra”.

Com a notícia da santa, um grande número de trabalhadores da região se tornaram fiéis e, passaram a migrar para Lagoa e viver ali permanentemente, pois acreditavam viver em proteção dos anjos. Além dos que migraram até o reduto, o distrito de Lagoa passou a receber romarias de diversas partes do estado, bem como a atenção de curiosos.

Estes romeiros e fiéis esperavam que dali surgisse uma sociedade nova, que fora preconizada pela santa. Dentre as ordens buscadas,

[...] uma chegou ao contento daqueles trabalhadores que ali estavam vivendo. Santa Dica passou a não buscar somente solução espiritual para o seu povo, assim como também buscava soluções para as necessidades terrenas. Para tanto, pregou que todos que a seguiam deveriam ter uma ocupação no trabalho para o sustento daquela população, **através da posse coletiva da terra**. Dica dizia que a terra era de Deus, não era de quem possuísse títulos, sendo assim devia ser empregada para o trabalho coletivo por aqueles que vivem como irmãos. Junto àquela decisão de posse coletiva de Santa Dica, era atribuída outras leis com relação ao trabalho, que deveriam descansar aos sábados, domingos e dias santificados, fato que veio contrariar a lei emanada do poder civil, que previa um horário de 12 horas de serviço, inclusive aos sábados (COELHO; BARREIRA, 2007, p.05, grifos do autor).

As aspirações de Dica indicavam uma perspectiva diferente para a época. Em um período de predomínio do latifúndio e grande poder dos coronéis a ideia do fim propriedade privada e sua gestão coletiva por todos trabalhadores era uma ameaça.

Assim, os acontecimentos ocorridos no distrito de Lagoa despertaram a preocupação da classe dominante – coronéis, fazendeiros e o clero – com as possíveis consequências que poderiam advir do reduto, passando então a ameaçar a liderança tradicional instituída pelo coronelismo. Logo, as instituições reprodutoras do sistema, como a justiça e a igreja, passaram a reprimir aqueles que consideravam inimigos da sociedade.

No ano de 1925, com a iminência de um ataque da Coluna Prestes à capital do estado de Goiás, o senador Ramos Caiado, numa demonstração de força perante seus inimigos políticos, reuniu aproximadamente 800 homens, formando a “Coluna Caiado”, posicionado na antiga capital à espera do combate com a Coluna Prestes (SILVA, 2005).

Santa Dica e seus adeptos foram convocados pelo senador a se apresentarem na capital. Contraditoriamente aos seus preceitos, Dica e seus fiéis marcharam em colaboração à Coluna Caiado. Ao se

apresentar, Dica fora intimada a comparecer na Chefia de Polícia, onde lhe foi exigido o afastamento de suas práticas religiosas, recebendo ainda ordens para voltar a pé e sem as armas, que foram confiscadas, para Pirenópolis, distante 168 km da cidade de Goiás.

Com o enfraquecimento bélico do reduto, a polícia do governo Caiado, em 1925, invade o reduto, à noite. Em fuga e ordenados por Dica, seus seguidores atravessam o rio do Peixe onde muitos morreram afogados, além daqueles que foram vítimas da própria polícia. Uma semana depois do ocorrido, a santa se apresenta à justiça, sendo presa e condenada por atentado a saúde pública (VASCONCELLOS, 2013).

Um ano após a sua prisão, por decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Dica é inocentada e proibida de retornar ao reduto, deixando o estado provisoriamente com destino ao Rio de Janeiro, a convite da Federação Espírita do Brasil (GOMES FILHO, 2009). No reduto, os fanáticos adeptos de Dica permaneceram no local, na esperança da volta de sua líder, que no início da década de 1930, retorna ao vilarejo de Lagoa, que logo se tornou o distrito de Nossa Senhora da Conceição do Rio do Peixe.

Dica retorna ao estado de Goiás, casada com o jornalista Mário Mendes, retornando, aos poucos, às suas atividades religiosas, todavia, longe de possuir a mesma força que dispunha anteriormente no reduto. Em 1932, por ordem do governador Pedro Ludovico Teixeira, novamente foi convidada a engrossar as fileiras do exército nacional. Influenciada pelo marido, comandou uma tropa de 150 soldados no combate à Revolução Constitucionalista de 1932 (SILVA, 2005), em São Paulo, voltando sem nenhuma baixa, resultado este atribuído aos milagres da santa.

Dentre as contradições que permeiam o movimento de Santa Dica, podemos citar ainda, como aponta Gomes Filho (2009), o seu casamento com o jornalista Mário Mendes. Segundo o autor, as aspirações de Mário na política fizeram com que Dica passasse por um processo de transformação de seu carisma, dando lugar a uma líder política até meados dos anos 1940, quando seu marido, afundado em dívidas, a teria vendido a um sócio, com quem permaneceu casada até 1970, ano de sua morte.

Entretanto, com todas estas contradições, não há de se perder de vista o contexto em que se desenvolveu o movimento de Santa Dica. Como em Canudos e no Contestado, Dica aspirava uma nova ordem de mundo, uma sociedade mais igualitária onde não existiria propriedade privada e com o trabalho coletivo, em prol da comunidade, bem como, com a proteção dos anjos, viver-se-ia em harmonia.

A luta pela terra em Goiás na atualidade

Quase cem anos após o movimento da Santa Dica, camponeses permanecem nas disputas territoriais e na luta pela terra no estado de Goiás. A principal ação dos movimentos sociais no estado são as ocupações de terras. O objetivo destas ações é cobrar do Estado medidas de combate à desigualdade e promover a Reforma Agrária. Concordamos com Grzybowski (1990, p.24).

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de porém a nu a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigiram do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua integração econômica e social como pequenos proprietários. Os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa,

ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamentos. Criam situações de fato, obrigando o Estado a intervir, através de juízes, policiais, INCRA, políticos. A não ser nas ocupações, os sem-terra não são hostilizados diretamente pelos grandes proprietários. A pressão destes é feita, sobretudo, através de suas organizações (GRZYBOWSKI, 1990, p.24)

Assim, entre os anos de 1988 e 2015 houveram em Goiás 446 ocupações de terra. Estas ações variaram ao longo dos anos estudados de acordo com a conjuntura política e econômica do período. Assim, o Gráfico 1 apresenta as ocupações de terra entre os anos de 1988 e 2015 em Goiás.

No Gráfico, observamos a concentração desta ação entre os anos de 1996 e 2009, sendo o ano de 1997 com o maior número de registros de ocupações (63) seguido por 2003 com 32 ações e 2004 com 43 ocupações de terra. O gráfico 1 ainda apresenta o declínio destas ações a partir e 2008 com exceção dos anos de 2012 e 2015.

O ano de 2015 pode marcar a retomada das ocupações de terra no estado de acordo com o novo contexto político e econômico do país.

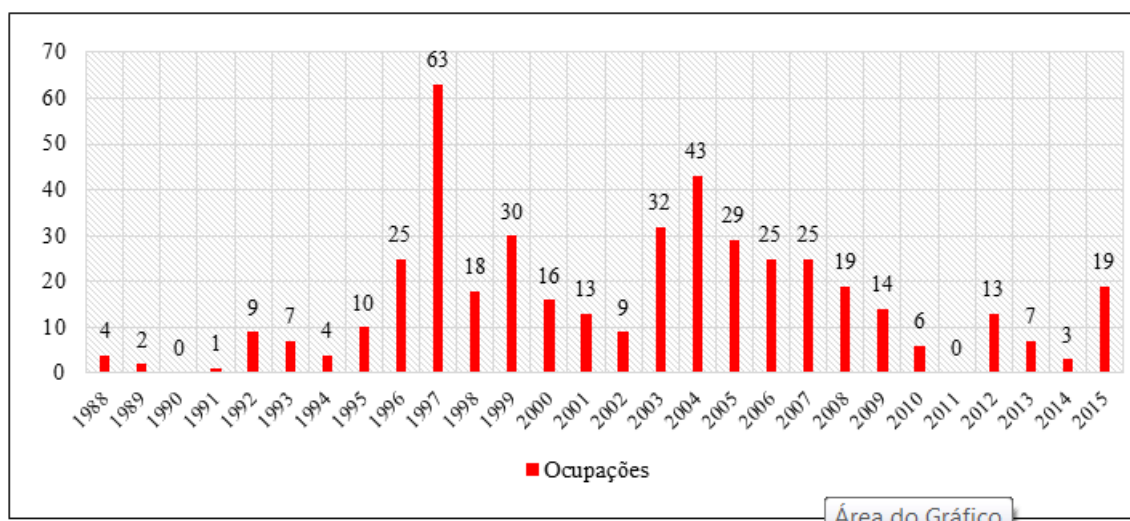


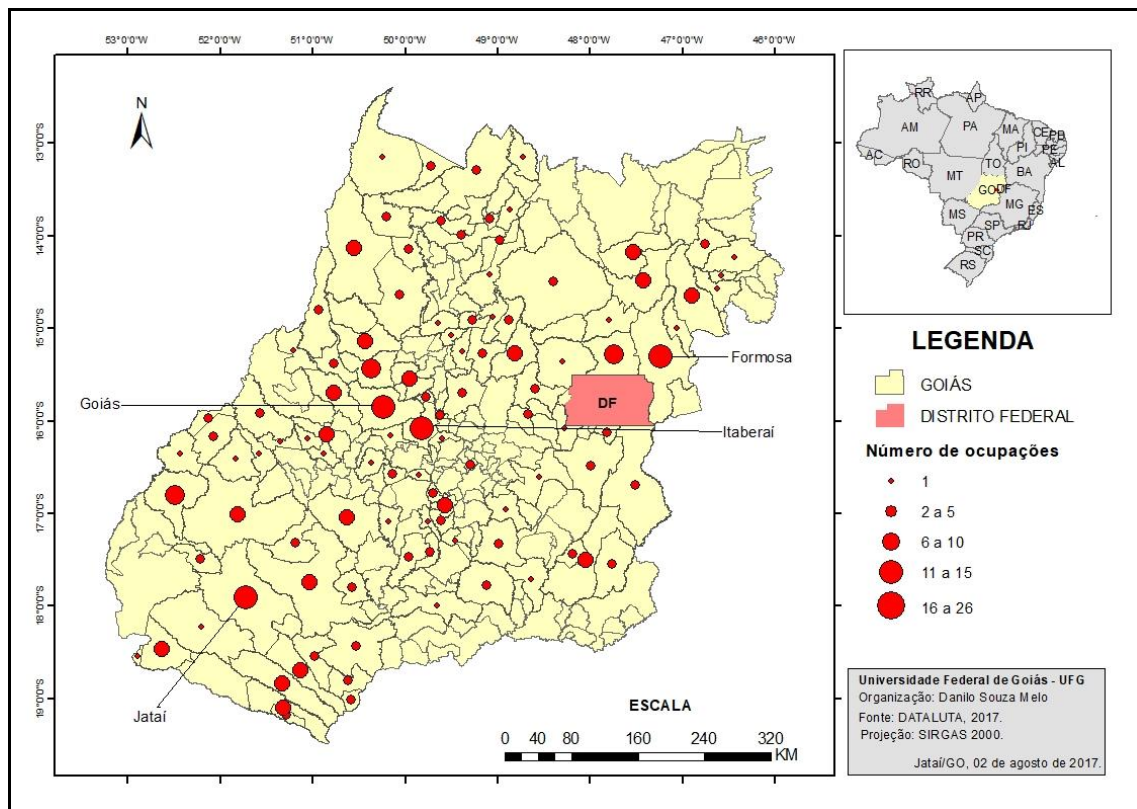
Gráfico 1 – Goiás: ocupações de terra 1988 a 2015. Fonte: DATALUTA, 2017.

Os dados do DATALUTA quando mapeados revelam a espacialização da luta pela terra. Segundo Fernandes (1999b, p.136), espacializar é:

[...] registrar no espaço social um processo de luta. É o multimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações ocupações e reocupações de terras, etc. (FERNANDES, 1999b, p. 136).

Assim, o mapa 2 apresenta a espacialização da luta pela terra em Goiás (1988 a 2015). No mapa, observamos a concentração das ocupações de terra nos municípios de Goiás (26 ocupações), Jataí (24), Itaberaí (21) e Formosa com 19 ocupações registradas.

Estes principais municípios foram foco de lutas em determinados períodos. O município de Goiás década de 19(90), Itaberaí entre 1996 e 2008, Formosa no início dos anos 2000, as ocupações em Jataí mantiveram uma constância entre as décadas de 19(90) e 20(00).



Mapa 2 – Estado de Goiás: Ocupações de terra (1988 a 2015). Fonte: DATALUTA, 2017.

Quando sistematizamos as ocupações por movimentos socioterritoriais conseguimos observar quais movimentos lideram a luta pela terra em Goiás (tabela 1). A tabela 1 mostra um número significativo de ocupações sem informações sobre o movimento. Em seguida, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra com 144 ocupações é o movimento socioterritorial mais atuante no estado. Outras ações ligadas a sindicatos rurais como Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) participaram da organização de 61 ocupações no estado.

Tabela1- Goiás: Ocupações de terra por movimento (1988 a 2015). Fonte: DATALUTA, 2017.

Movimentos	Ocupações
N/I	173
MST	144
Sindical (CONTAG/FETRAF)	61
MTL	28
Terra Livre	27
FNL	5
MLST	4
LCP	2
Movimentos Indígenas	1
MVTC	1
Total	446

As ocupações têm por objetivo chamar a atenção do Estado para a necessidade da realização da reforma agrária e o combate às desigualdades sociais no campo. Nesse sentido, o Gráfico 2 apresenta dados sobre os assentamentos rurais criados em Goiás entre os anos de 1988 a 2015.

Neste período foram criados 450 assentamentos no estado, em sua maioria entre os anos de 1995 e 2010. Destacamos o ano 2006 no qual foram criados 61 assentamentos rurais. Quando comparamos o Gráfico 1 sobre ocupações com o Gráfico 2 sobre assentamentos rurais observamos que o período de lutas no campo no estado está ligado diretamente ao período em que mais se realizou reforma agrária em Goiás.

A partir de 2013, Goiás segue a tendência nacional de paralisação da reforma agrária, assim, observamos números inexpressivos.

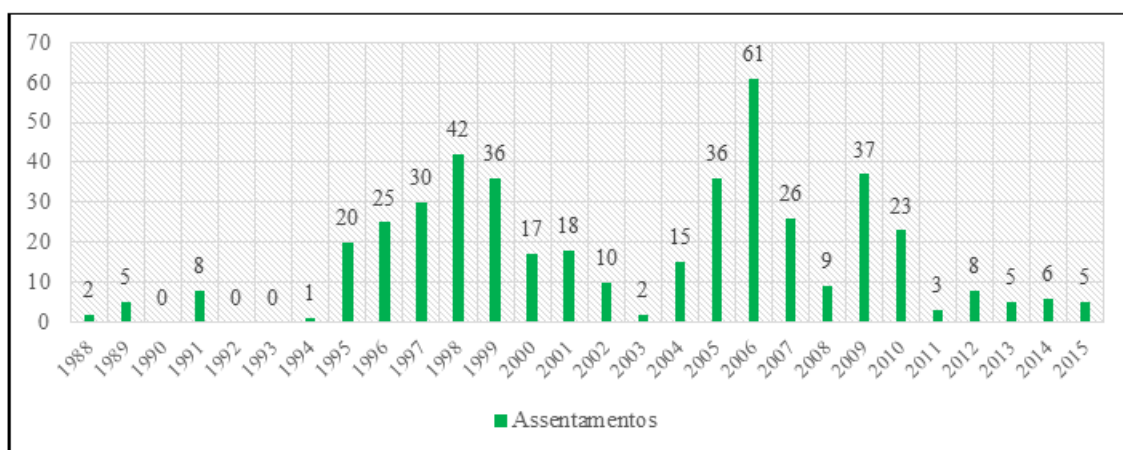


Gráfico 2 – Goiás: Assentamentos Rurais criados 1988 a 2015. Fonte: DATALUTA, 2017.

Os acampamentos resultantes de ocupações de terra diante da paralisação da reforma agrária duram anos a beira das estradas. Outro resultado da não reforma agrária está na expansão das ações do movimento para além do estado de Goiás. Como exemplo, a figura 1 apresenta a manchete do Jornal Correio do Estado do ano de 2012 sobre uma ocupação de terra em uma fazenda em Paranaíba/MS estado de Mato Grosso do Sul.



Figura 1 - Jornal Correio do Estado: notícia ocupação em Paranaíba (MS). Fonte: Jornal Correio do Estado, 2012.

Nesta perspectiva a luta pela terra no estado de Goiás está em permanente dinâmica apresentando sempre novas características e elementos a serem analisados pela geografia.

Considerações Finais

A mediação entre o céu e a terra que era feita por Dica que, naquela sociedade, ocupava o ápice da pirâmide social. Sua mediação fazia com que fosse obedecida sem questionamentos, pois suas ordens eram transmitidas do alto sem interferências e sem ter que recorrer a livros sagrados para orientá-la. Seus “inimigos”, a oligarquia rural, viam naquela intermediação religiosa um atentado a ordem vigente, pois na visão da santa, não haveria cercas, não haveria propriedade privada, onde cada qual viveria e teria satisfeitas as suas necessidades básicas, ou seja, um discurso contra o latifúndio.

A importância do movimento de Santa Dica, não obstante as poucas publicações acadêmicas até a atualidade pode ser ressaltada – dentre outras coisas – pela grande quantidade de pessoas que mobilizou. A visão sertaneja de mundo idealizada pela santa pode ser vista, por aqueles que a seguiam, como uma alternativa, uma esperança, mesmo que uma esperança religiosa, de adquirir a terra que lhes era negada.

Fato este é comprovado pela reação violenta da oligarquia rural local que, incessantemente, através da justiça, polícia e igreja, realizou diversos ataques tanto a moral quanto a integridade física da jovem santa.

Já dentre as contradições do movimento, percebe-se uma transição de um movimento que, até então de cunho religioso, passa a ter um viés político, uma vez que é apropriado justamente pelas elites do estado, aquelas que intentavam contra o movimento, que inclusive por meio da violência, o combatiam.

Quase um século após a luta de Santa Dica as disputas no campo em Goiás e no Brasil se mantiveram. Desta maneira, as inovações tecnológicas e os altos índices de produção não eliminaram as desigualdades e contradições no campo, mantendo e aprofundando a questão agrária. Assim, a teoria do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado continua sendo o eixo teórico válido para compreender o campo brasileiro.

Nesse sentido, a luta pela terra na atualidade (1988 a 2015) em Goiás teve seu ápice entre os anos de 1996 e 2009. O MST foi e continua sendo o movimento que lidera as lutas no campo no Estado, mesmo que no cenário nacional seu protagonismo tenha diminuído (MELO, 2015).

Os números da reforma agrária acompanharam a tendência das ocupações de terra e, nos últimos anos (2011 a 2015) reduziram muito. Podemos compreender desta análise, que a luta pela terra na atualidade obteve resultados importantes, mas que precisa ser retomada na busca pela equidade social no campo.

Referências

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora UFG, 1988.

COELHO, José Braga; BARREIRA, Celene Cunha Antunes Monteiro. Esperança camponesa no Estado de Goiás: a luta pela terra. **Revista Educação & Mudança**, n. 18/19, p. 01-16, 2013.

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Ano 59, nº18. 356, 29 fev. 2012.

FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). **XIX ENGA**, São Paulo, 2009. p. 1-27.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo**. 207 f. Dissertação (mestrado em geografia), FFLCH, USP, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)**. 316 f. Tese (doutorado em geografia), FFLCH, USP, 1999.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, 1999.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. O sagrado manipulado: o movimento de santa dica e sua relação com a igreja católica. **Caminhos**, Goiânia, n. 2, jul/dez, 2009.p. 281-310.

_____. **O movimento messiânico de “Santa Dica” e a Ordem Redentorista em Goiás (1923-1925)**. 181 f. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Ouro Preto – ICHS/UFOP – Programa de Pós-graduação em História.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, Danilo Souza. **GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES E MANIFESTAÇÕES EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (2000 – 2012)**. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS. Três Lagoas. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 5º ed. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. (ed.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45-67.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.63-107.

_____. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 n°. 43 – São Paulo, Sept/Dec. 2001.

SILVA, Ana Lucia da. **A revolução de 30 em Goiás**, 2ª ed, Goiânia: Cãnone Editorial, 2005.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica**: encantamento do mundo ou coisa do povo. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2013.